



VOTO DE SAUDAÇÃO

Comemorou-se no passado dia 12 de Setembro, a efeméride dos 500 anos da criação do Concelho do Topo, na Ilha de São Jorge, verificada a 12 de Setembro de 1510, no reinado de D. Manuel, tendo sido o segundo Município a ser criado na Ilha de S. Jorge, após o Município das Velas.

A decisão régia da criação do Concelho do Topo foi um acto político demonstrativo da importância do processo de ocupação humana e do povoamento iniciados nos meados da década de setenta do século XV pelo Flamengo Guilherme Van der Haagan, após ter obtido, de acordo com o estudo historiográfico e genealógico publicado em 1920, intitulado “Os Silveiras dos Açores”, da autoria do historiador jorgense, João Teixeira Soares de Sousa, a “licença da Infanta D. Brites, viúva do Infante D. Fernando, e tutora do seu filho menor, o Duque D. Diogo” para fundar uma povoação no extremo oriental da Ilha de S. Jorge, denominada “Topo”, expressão flamenga que significa “ponta”, o que representa bem a morfologia do território desta extremidade da ilha.

Duma pequena “colónia” originalmente flamenga, parte da que o acompanhara desde a Flandres, com passagem por algum tempo pelas ilhas do Faial e da Terceira, à qual ao longo dos anos se vieram juntar gentes das ilhas com etapas de povoamento mais avançadas ou mesmo do Reino, se constituiu uma comunidade que incrementou um povoamento e ocupação do território consolidados por uma esforçada cultura da terra, fazendo-a produzir os cereais indispensáveis e outros géneros alimentícios para a sua sobrevivência, e até exportar em certos períodos de abundância, bem como a criação de gado, bases produtivas que foram o pilar da sua economia de subsistência ao longo dos séculos.

Muitas foram as catástrofes naturais que atingiram o Topo e as suas populações, ventanias e enxurradas que danificaram as suas habitações, estradas, o seu pequeno e frágil porto construído e as suas culturas, mas o terramoto de 9 de Julho de 1757, difundiu a destruição e morte, com o arrasamento quase total das construções e das fontes, o desmoronamento de socacos e encostas cultiváveis, a destruição do edifício da Câmara, da cadeia e de parte significativa da Matriz, sendo o mais grave, a morte de mais de uma centena de pessoas, que trouxe luto, dor, fome e muitas privações a este povo. Mais recentemente, aquando do terramoto de 1 de Janeiro de 1980, mais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

uma vez a acção da natureza trouxe a destruição habitacional e a morte de mais de uma dezena de pessoas, vários ainda vivendo a juventude, o que exigiu dos Topenses, mesmo de novo atingidos na dor e no sofrimento, coragem e valentia para ultrapassarem as suas dificuldades.

Pela reforma administrativa operada pelo Decreto de 24 de Outubro de 1855, o Concelho foi formalmente extinto, ficando anexado ao Concelho da Calheta, o que fez agudizar o seu isolamento físico e político, agravado pela ainda muita difícil circulação na Serra do Topo e consequente dificuldade de ligação entre os dois Concelhos, atitude governamental inadequada dada as características do Município do Topo, ao ponto da própria Câmara da Calheta ter por mais de uma vez, deliberado, solicitar ao Governo a anulação desta decisão apoiando as deliberações das Vereações do Topo, contudo, mesmo não sendo atendidas nesse desejo, a Câmara e a Administração do Concelho do Topo continuaram a funcionar com regular normalidade, até 1868, assumindo a sua função de poder político mais próximo das populações, revelando os Vereadores e o Administrador do Concelho, com o apoio geral do povo, o interesse de defenderem as suas instituições concelhias e os interesses colectivos dos Topenses.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Saudação por esta data festiva para a freguesia do Topo, saudando todos os seus cidadãos e os seus legítimos representantes, congratulando-se e associando-se às celebrações dos 500 anos da criação do Concelho do Topo.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 21 de Setembro de 2010.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral